

As características da experiência socialista na agricultura de Angola após a independência

Rodrigo de Souza Pain

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA /UFRRJ).
Membro do Centro Angolano de Altos Estudos Internacionais (CAAIEI). E-mail: rodrigo_pain@ig.com.br

Ivan Arruda

Mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica da Campinas.
Professor da Faculdade de Pindamonhagaba-SP (FAPD). E-mail: profivanarruda@hotmail.com

Resumo

As dificuldades encontradas na recém independente República Popular de Angola, principalmente no desenvolvimento agrário está no centro do artigo. Desta forma, apresentamos a criação de instituições no seio do governo socialista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a instabilidade política vivida no país, o conflito armado e suas implicações para a agricultura.

Palavras-chave: Agricultura. Angola. Socialismo e Desenvolvimento Agrário.

Abstract

The difficulties found in just the independent Popular Republic of Angola, mainly in the agrarian development are in the center of the article. In such a way, we present the creation of institutions in the socialist government of the Popular Movement of Release of Angola (MPLA), the instability politics lived in the country, the armed conflict and its implications for agriculture.

Keywords: Agriculture. Angola. Socialism and Agrarian Development.

Introdução

O presente artigo pretende apontar as características dos caminhos seguidos pelo governo angolano após a independência em relação à questão do desenvolvimento agrário. O ideal marxista-leninista assumido oficialmente pelo MPLA teve impacto importante nas políticas para o setor da agricultura.

Na primeira parte do artigo apresentamos o ambiente político no contexto da independência de Angola, e o desequilíbrio instalado no país. A seguir, procuramos chamar atenção para a estrutura do Estado que

nascia, e direcionamos posteriormente para as dificuldades da experiência agrícola em Angola.

Os desdobramentos políticos após a independência de Angola em 11 de novembro de 1975

Os movimentos de libertação colonial em Angola (MPLA¹, FNLA² e UNITA³) estavam divididos e enfraquecidos na altura da Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), no qual o Movimento das Forças Armadas de Portugal derrubou o regime salazarista de Marcelo Caetano.

¹ A origem do MPLA data-se como partido político em 10 de dezembro de 1956, fundado como resultado da fusão de outras organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Kimbundu.

² A FNLA surgiu entre o povo Bacongo, do norte de Angola. Suas origens vêm da fundação da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola) e UPA (excluindo a referência do norte) em julho de 1955. Inicialmente o idealismo da UPA partia da idéia de reativar o antigo Reino do Congo. Em março de 1962, forma a FNLA com a unificação da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA).

³ A UNITA foi o último dos três movimentos a ser fundado. Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA de regionalismo e faccionismo quando trabalhavam juntos. Sua base de apoio principal é entre o povo Ovimbundu do Planalto Central, e principal grupo étnico de Angola. Sua fundação data o dia 13 de março de 1966.

Após diversas negociações, chegou-se ao Acordo de Alvor, que previa um governo de transição com representantes do governo português e dos três movimentos até a independência, prevista para 11 de novembro de 1975.

No entanto, esse governo de transição não consegue por fim as hostilidades entre esses três movimentos, que aumentam o contingente militar, continuando a guerrear entre si, colocando Portugal, que passava por uma instabilidade política interna, sem condições suficientes para impor o previsto no Acordo. Destarte, a guerra civil instala-se no país e o MPLA vence a “batalha de Luanda”, em Julho de 1975 passando a ser o único movimento no governo, controlando militarmente doze das então dezesseis províncias do país.

Próximo ao dia marcado para a independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses de governação e do exército se retiram de Angola, entregando o poder de soberania “nas mãos do povo angolano”. O MPLA proclama então a independência, em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto, no meio de conflitos armados generalizados, com duas invasões estrangeiras (África do Sul e Zaire) e intervenção cubana. Dessa maneira, a independência, conforme aponta o sociólogo José Maria Nunes Pereira Conceição, em sua tese de doutorado, nasce no interior de uma crise generalizada⁴.

Uma das conseqüências do período da guerra da independência foi o abandono maciço dos portugueses de terras angolanas. As terras ocupadas por eles, e por alguns estrangeiros foram deixadas de lado quase na totalidade. Como a política agrícola que surgia no seio do Partido Único naquele momento não encorajava a iniciativa privada, muito menos familiar, as áreas efetivamente agricultáveis foram drasticamente reduzidas, aumentando por outro lado, as terras efetivamente vagas.

Nesse contexto, é importante salientar que o período

anterior à independência e caracterizado da luta de libertação nacional (a partir dos meados dos anos 1950) não provocou danos substantivos à produção agrária da colônia, pois ela foi travada basicamente em áreas sem grande importância econômica e jamais alcançou níveis de alta intensidade como nos conflitos armados que se seguiram⁵. Devido ao clima de instabilidade na época da independência, Angola sentiu com o êxodo de mais de 300.000 colonos brancos⁶.

Estrutura política angolana pós-independência

Em parte da Angola independente, o movimento de libertação que assumiu o controle do poder, o MPLA, tornou-se partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado, transformando-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho)⁷. Assim, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido. Isto significa, pelo menos na teoria, que é o partido quem comanda o Estado⁸. O governo esteve formalmente subordinado ao MPLA. A política econômica foi conduzida por um “partido-Estado” que via na nacionalização dos meios de produção uma forma de democratização das estruturas econômicas do país.

Os órgãos governamentais em funcionamento ao nível nacional eram o Comitê Central, a Divisão Política do MPLA e o Conselho de Ministros, responsável pela implementação das políticas do partido. No que diz respeito ao judiciário⁹, a Constituição adotada em 1975 estipulava um judiciário independente, mas de 1976 até o início dos anos 1990, a principal instância jurídica foi o Tribunal Revolucionário do Povo que interrogava prisioneiro acusado de por em perigo a segurança do Estado, ou de algum tipo de sabotagem econômica¹⁰.

⁴ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002, p.14. No próprio dia 11 de novembro de 1975 eram criados dois Estados: a República Popular de Angola, com capital em Luanda e dirigido pelo MPLA; e a República Democrática de Angola, com capital em Huambo e encabeçada pela FNLA e UNITA (essa aliança durou apenas oitenta dias).

⁵ *Idem*, p. 60-61.

⁶ GALLI, Rosemary E. A crise alimentar e o Estado socialista na África Lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 6-7, Lisboa, 1987, p.146.

⁷ O MPLA podia ser considerado como uma coalização de várias forças nacionalistas e socialistas, e era fortemente influenciado pelo marxismo. No entanto, a construção de uma economia e sociedade socialista não consta na versão original da Lei Constitucional de 1975.

⁸ Simbolicamente ao analisar a bandeira do país recém independente e do partido, já nota-se semelhanças; assim como a idéia socialista presente no hino angolano.

⁹ A dificuldade para desenvolver o sistema judiciário foi muito grande, em Angola tinham apenas 4 advogados e 2 juizes no exato momento da independência.

¹⁰ TVEDTEN apud LIBERATTI, Marco Antonio. *A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1999, p. 62.

Também foram criados grupos políticos filiados ao MPLA, organizações que congregam de formas abrangentes categorias sociais, considerados genericamente como organizações de massa, e serviam de elo entre o aparato burocrático-administrativo do Estado angolano — e sua sociedade. Como exemplos podemos citar, a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a União dos Jornalistas de Angola, e na área sindical, União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)¹¹.

No campo econômico seguindo a teoria marxista, a estruturação do setor industrial estatal foi criada a partir de confiscos, nacionalizações e da construção das unidades econômicas marcou o início da Primeira República. As mais diversas formas de organização criadas em substituição ao aparelho do Estado colonial português não encontravam dinamismo necessário à consolidação e desenvolvimento das estruturas do Estado, objetivando a construção do socialismo¹².

Na área educacional, na altura da independência, apenas 85 % da população era iletrada e a saída radical dos colonos significava também a fuga de professores. Na verdade, a educação colonial herdada, no qual um dos principais objetivos, segundo o educador brasileiro Paulo Freire, era a “desafricanização” das populações autóctones, sendo discriminadora e em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois era para isto não fora construído¹³. A escola colonial era antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grades maiorias. Selecionava até mesmo a pequena minoria dos que a ela tinham acesso, expulsando grande parte deles após os primeiros encontros com ela, e, continuando a sua filtragem seletiva, aumentando o número dos renegados. Esses renegados em quem enfatizavam o sentimento de inferioridade, de incapacidade, em face

do seu “fracasso”¹⁴.

Dessa forma, o setor educacional converteu-se na grande prioridade nacional para o novo governo socialista. Ao mesmo tempo, numerosos centros de alfabetização foram ligados a empresas, mercados e outras zonas de trabalho onde se concentrava a população adulta. Porém, o grande crescimento alfabetizador desvaneceu progressivamente com a chegada cada vez mais agressiva da guerra civil. A violenta conjunção dos legados coloniais e bélicos deixou as infra-estruturas educacionais devastadas, uma contínua falta de professores, muitas crianças fora da escola, e claro, uma profunda incapacidade do governo na solução destes problemas.

No campo político, a tentativa de golpe de Nito Alves abala a sociedade luandina. Em maio de 1977, contradições sobre as formas da construção do socialismo conduziram a uma tentativa de golpe de Estado, cuja resposta em defesa da “causa socialista” acaba com uma parte significativa da “burguesia nacionalista angolana”, o que viria a fazer de Angola um país mais fragilizado nas vertentes política e militar. O número exato daqueles que foram mortos ainda é desconhecido, mas estimado em dezenas de milhares.

A Assembléia do Povo é estabelecida em 1980 e era eleita por um sistema de voto indireto por membros do MPLA. Com 350 membros, tinha pouca influência, e não representava adequadamente as mulheres, camponeses e trabalhadores. Marco Antonio Liberatti, em sua dissertação de mestrado, afirma que as maiorias dos membros eleitos eram provenientes das áreas urbanas e eram, em grande medida de alto escalão militar e funcionários do governo. Além disso, a característica mais acentuada do sistema político vigente em Angola era a forte concentração de poder nas mãos do Presidente, que era líder do Partido, Chefe do Estado e Comandante — chefe das Forças Armadas.¹⁵

A instabilidade que se seguiu no período de inde-

¹¹ A UNTA talvez tenha sido a organização mais relevante em face ao desafio da reconstrução nacional e da transição para economia socialista. Era importante para o MPLA ter uma força de trabalho eficiente e organizada. No entanto, seu impacto foi limitado pelas tarefas contraditórias de criar um sistema sindical forte e independente e de manter a produtividade e a disciplina no trabalho de acordo com as diretivas do partido (Tvedten apud Liberatti, *Op.cit.*, p. 63).

¹² AMARAL, José G. Dias. Angola: a crise econômica na Primeira República. *Lucere. Revista Acadêmica da Universidade Católica de Angola*. Ano 1, número 1, Luanda, 2004, p. 53-54.

¹³ Apesar do autor analisar a experiência na “Guiné portuguesa” (hoje Guiné Bissau), pode-se muito bem falar na semelhança da política colonial em Angola.

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 15.

¹⁵ Fernando Pacheco comenta que é freqüente hoje (2004) atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período do facista-colonial e ao Leninismo, o que para ele não é verdadeiro. Tanto as práticas facistas (como culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), complementam a matriz cultural bantu e, hoje, isso têm efeitos perniciosos na sociedade. Também não faz parte das práticas angolanas a prestação de contas, no sentido de dar satisfação, apresentar resultados

pendência não permitiu que os processos de industrialização e crescimento econômico tivessem continuidade. O sistema dualista de uso da propriedade de terras e do desenvolvimento da agricultura continuou a influenciar socialmente e politicamente o contexto angolano mesmo após a independência¹⁶. Os governos do MPLA (Agostinho Neto até 1979 e José Eduardo dos Santos em diante) têm-se vindo a pautar por uma posição que privilegia os centros urbanos, remetendo as populações rurais para uma crescente situação de exclusão que se traduz em vários domínios, sejam políticos, sociais, econômicos, institucionais, territoriais, ou de referências simbólicas. Isso explica, para o Presidente da ONG angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Fernando Pacheco, o desenvolvimento da guerrilha da UNITA entre 1976 e 1991¹⁷.

Situação da agricultura angolana em uma conjuntura de crise

A Lei Constitucional de 1975, em seu artigo número 8, apontava “a República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Em 1978, o governo decidiu chamar de ano da “ano da agricultura”, com a finalidade de aumentar a produção agrícola, com todas as vantagens que daí poderiam ocorrer para a satisfação das necessidades alimentares da população, para o abastecimento de matérias primas para a indústria ou ainda para melhorar a balança comercial (pela diminuição das importações e pelo aumento dos produtos agrícolas

exportáveis). Procurou-se, desta forma, mobilizar toda a força de trabalho disponível.¹⁸

No entanto, a partir da independência percebe-se uma queda acentuada na produção agrícola. De acordo com a FAO, estima-se que a produção agrícola tenha decaído sucessivamente desde 1974/1975. Não se possuem dados relativos às produções de 1974, 1975 e 1976 devido à situação de guerra. Em 1977 começaram as primeiras informações estatísticas ainda insuficientes para uma análise mais precisa¹⁹. Em 1983, por exemplo, as colheitas atingiram o índice 77 (para 100) quando comparadas a 1973. A mesma tendência se verificou na produção de cereais, índice 66 em 1983.²⁰ O MPLA instituiu um sistema estatal de comercialização que, segundo a acadêmica Rosemary Galli, não oferecia preços convenientes para estimular a produção, nem era capaz de fornecer aos camponeses transportes ou abastecimentos regulares quer de bens de consumo, quer de bens de capitais²¹.

Portanto, as políticas econômicas traçadas ao longo do período que sucede a independência de Angola mostraram-se em práticas desajustadas aos objetivos preconizados e à realidade concreta do país, com reflexos mais acentuados no campo. O acesso à terra urbana e rural não foi uma fonte de preocupação em Angola nos primeiros anos após a independência. A nacionalização foi o caminho encontrado. O documento produzido pelas ONGs ACORD (*Association Pour la Cooperation, recherche et developement*) e ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), elaborado por Júlio de Moraes e Fernando Pacheco, apontam que tal fato foi agravado pelo distanciamento entre as estruturas de

de uma ação de que se é incumbido, por parte dos líderes, dos chefes, aos liderados. Isso tanto acontece ao nível da família, como na comunidade ou na nação. PACHECO, Fernando. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura e favor do desenvolvimento e da modernidade. *Lucere. Revista Acadêmica da Universidade Católica de Angola*. Ano 1, número 1, Luanda, 2004, p. 79a.

¹⁶ O sistema dualista era rigorosamente dividido (inclusive em termos de estatística) no período colonial, entre a agricultura tradicional e empresarial. A primeira, grosso modo, estava ligada aos autóctones (sendo o meio de vida da maioria do povo angolano), fornecendo elementos básicos para o mercado interno (mas com participação na exportação) e com recursos bem limitados de investimento; a segunda, em oposição a tradicional, seguiu um modelo europeu, produzia bens de exportação, com significativos investimentos na produção e com número limitados de produtos. Segundo Pacheco, a sociedade angolana ainda não se livrou desse dualismo.

¹⁷ PACHECO, Fernando. *Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento ao nível local na perspectiva de uma Angola nova*. ADRA, Luanda, 2004, mimeo, p. 02b.

¹⁸ FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra* (Angola, 1975-1991). Instituto de Defesa Nacional, Cosmos, Lisboa, 1999, p. 33-34.

¹⁹ MINPLAN apud AMARAL, J. G. D. Angola: a crise econômica na Primeira República. *Lucere. Revista Acadêmica da Universidade Católica de Angola*. Ano 1, n. 1, Luanda, 2004, p.56.

²⁰ Em face de 1973, de forma marcante: sisal, tabaco, café e algodão atingiram 10%, 2%, 5% e 0,35% em 1987. FERREIRA, *Op. cit.*, p.35. Conforme o MPLA / PT, já em 1980, a produção mercantil controlada pelo Estado não tem permitido senão satisfazer cerca de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de cerca de 15% das necessidades da indústria de matérias primas. (*Idem.*)

²¹ GALLI, R. E. A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 6-7, Lisboa, dez. 1987. p. 146.

concepção e de orientação global e as de execução, mostrando-se essas últimas incapazes de seguir e materializar as políticas traçadas. Esta situação, no caso concreto do setor agrário, conduziu à marginalização dos camponeses em relação à vida econômica, social e política do país. Além disso, as medidas de política agrária foram condicionadas pelas distorções de caráter macroeconômico traduzidas pela falta de incentivos à produção, na inadequação dos preços, na falta de prioridade e oportunidade dos meios de produção e dos investimentos, na política de quadros e também na ausência de uma legislação fundiária que permitisse um correto ordenamento das diferentes formas de propriedade ou usufruto da terra²².

Outro elemento muito importante depois da independência foi a crescente migração para as cidades, especialmente para Luanda. O colapso da economia pouco depois da independência, que abrangeu plantações coloniais e as redes de comerciantes “do mato” (do interior), levou, tal como a intensificação da guerra no país, um número considerável de habitantes das áreas rurais para as cidades.

O conflito militar agravou o isolamento e a crise econômica nas zonas rurais e, sobretudo os jovens deixaram as áreas rurais pelas cidades, mesmo onde a segurança física não estava em causa. No entanto, a deterioração gradual da situação militar e o aumento da insegurança nas zonas rurais tornaram-se a principal razão da migração para as cidades²³. Em suma, o declínio da agricultura angolana teve início logo após a sua independência. No entanto, vale dizer, não só angolana. Como salienta o escritor moçambicano José Negrão, embora a questão da apropriação da terra africana pelos africanos estivesse na ordem do dia dos recém criados Estados modernos, as problemáticas da dimensão da exploração agrícola e do papel do mercado internacional, foram ignoradas pela maioria dos políticos das décadas de 1960 e 70. As terras foram desprezadas, os saberes produtivos e mercantis das populações rurais foram

ignorados, a substituição das elites coloniais pelas emergentes africanas tomou corpo através da hiper-intervenção do Estado e a rápida transformação dos camponeses em trabalhadores rurais foi tida como a única alternativa para se fazer face à crescente deterioração dos termos de troca. Nesse contexto, o dualismo colonial foi mantido e os Estados continuaram a selecionar as melhores terras ou para elites locais ou estrangeiras ou para empresas geridas por esse mesmo Estado²⁴.

São quatro os elementos apontados pelo Professor da Universidade Católica de Angola, António Cardoso, e que caracterizam o declínio da agricultura angolana. Para o autor, logo após a independência, a população rural, com baixos índices de formação profissional, ficou sem o apoio das infraestruturas científicas, técnicas econômicas e de formação profissional, devido à fuga maciça dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agropecuários²⁵; outro elemento está associado aos colonos que abandonaram as fazendas e a maior parte foi nacionalizada. O Estado procurou assumir a sua gestão sob a forma socialista, tentando garantir, no mínimo, o salário dos trabalhadores que lá se haviam mantido e assegurar a continuidade do fluxo produtivo, principalmente em relação ao café. Mas tudo isso resultou em fracasso; o terceiro ponto foi o aumento geral da população, que depois da independência cresceu em cerca de cinquenta por cento, conjugado com as quebras da produção de culturas alimentares essenciais, veio acentuar o desequilíbrio produção / necessidade de consumo; e por fim, as áreas rurais, mesmo quando relativamente auto-suficientes em produtos agrícolas, não encontravam estímulos para a produção de excedentes, devido não só a acentuada deficiência nas comunicações e transportes, como à inadequada política de preços e mercados²⁶. Diante disso, Angola perdeu completamente a sua posição no mercado internacional dos produtos agrícolas de exportação. Passou de exportador líquido de produ-

²² ACORD – ADRA. *Programa de apoio às comunidades agro-pastoris dos Gambos*. Relatório do workshop sobre a terra e o poder. Lubango, 1996, p. 67.

²³ DEVELOPMENT WORKSHOP. *Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Luanda, 2005, p. 67.

²⁴ NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2002, p.03-04.

²⁵ Até 1975, Angola dispunha de bons estudos relacionados com a sua disponibilidade de recursos naturais, como o Instituto de Investigação Agronómica de Angola (IIAA), o Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), A Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), entre outros.

²⁶ CARDOSO, António. *A análise da situação do sector agrário em Angola. Conferência Nacional: o papel da agricultura no desenvolvimento sócio-económico de Angola*. Luanda, 2004, p.06-07.

tos agrícolas para importador de grande parte dos produtos que consome.

O que marcou esse contexto foi à incapacidade do setor estatal responder às necessidades básicas do país. O setor agrícola, apesar de contar com 80% da população, foi o menos beneficiado em termos de investimento. Como aconteceu em muitos países subdesenvolvidos, as cooperativas e associações foram vistas basicamente como instrumentos a serviço do Estado e não como estruturas de autopromoção, geridas pelos próprios camponeses na base da voluntariedade e da participação. Mesmo como instrumentos a serviço do Estado, as organizações camponesas apresentavam-se como uma realidade apenas para as instituições diretamente ligadas ao processo, estabelecendo-se, de acordo com as ONGs ACORD e ADRA, a contradição entre as organizações camponesas e as estruturas de direção global, para as quais as associações tinham uma compreensão pouco clara, e preteridas na concepção e priorização de programas²⁷.

Nos primeiros anos de independência, mais de 92.000 camponeses tinham respondido ao apelo do governo para formar cooperativas. Gerou-se grande entusiasmo, mas o governo não forneceu nenhum apoio de fato.²⁸ Conforme traz Conceição, de acordo com um cooperante brasileiro em Angola: “a opção cooperativa inicial foi angolana, mas depois, os assessores (búlgaros) a trocaram pelas fazendas estatais (...). Para eles, as cooperativas agrícolas eram suspeitas na medida em que mantêm o processo de comercialização nas mãos dos camponeses (...) que passam a ter não somente força econômica, como política²⁹. O controle estatal atingia não somente as empresas industriais, agrícolas e de comércio, mas igualmente os pequenos camponeses individuais que não estavam organizados em cooperativas e empresas estatais, conforme se depreende das afirmações do Presidente angolano, Agostinho Neto, em sintonia com as teorias marxistas, “o camponês tem em si, um germen capitalista. O sonho de um camponês qual

é? É ter uma grande propriedade (...) para ter muitos lucros. E o seu lucro aumenta à custa dos trabalhadores que ele assalariou. É um explorador”.³⁰

Ao caracterizar o movimento cooperativo e associativo da agricultura angolana, as ONGs ACORD e ADRA diferem momentos de ação nos primeiros anos da independência. Durante os primeiros meses após novembro de 1975, e no seguimento do que havia acontecido na última fase de transição, a responsabilidade do movimento cooperativo esteve a cargo da CADCO (Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas, criadas pelo Governo de Transição) como estrutura multisetorial. As primeiras ações da CADCO com relação às cooperativas nas áreas rurais visaram o apoio às iniciativas em curso caracterizadas, de forma genérica, pela existência de “uniões” de cooperativas viradas para o abastecimento em bens de consumo e geridas por funcionários públicos, responsáveis políticos ou pessoas ligadas às instituições sociais e religiosas. As cooperativas integrantes dessas “uniões” eram constituídas por camponeses que não tinham praticamente intervenção na gestão da mesma nem qualquer outro tipo de participação. Assim, constituiu prioridade da CADCO procurar, através da prática da participação, modificar a situação vigente o que provocou obviamente contradições com as direções das “uniões”, acabando estas desaparecendo por dificuldades de gestão ou imposição administrativa³¹.

Com a extinção dessa instituição logo após a independência, a responsabilidade passou para os vários Ministérios, assumindo a pasta da Agricultura, a tarefa de não só tutelar o setor cooperativo, mas também de apoiar a sua ampliação, organização e consolidação. Assim foi criado a DNACA (Direcção Nacional de Cooperativização Agrícola e Apoio aos Camponeses Individuais), que revela através de estatísticas oficiais, um crescimento contínuo do número de associações e associados até 1981. Contudo, tal evolução não correspondeu a um aumento da importância das cooperativas e

²⁷ ACORD – ADRA, 1991, p.68.

²⁸ Wolfer e Bergerl apud Galli, *Op. cit.*, p. 148.

²⁹ SARAPU apud CONCEIÇÃO, J. M. N. P. Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1999. p. 142.

³⁰ Manuel Ennes Ferreira salienta que esta forma de entender tal problema não é do que a transposição direta e acrítica do discurso soviético. No caso africano um tal discurso revela, em muitos aspectos, um desconhecimento da realidade e está em contradição com os estudos de antropologia e economia africana, onde o camponês e a sociedade tradicional se regem por princípios e no quadro de estruturas que só em parte têm a ver com a propriedade privada e os mecanismos “puros” do mercado. (NETO apud FERREIRA, *Op. cit.*, p.24.).

³¹ ACCORD – ADRA. *Programa de Apoio as Comunidades Agro-Pastoris dos Gambos*. Relatório do workshop sobre a terra e o poder. Lubango, agosto, 1996. p. 11.

associações tanto ao nível das comunidades rurais, como na participação do Produto Agrícola Bruto do país³².

Entretanto, ao nível de base, a intervenção por parte do Estado foi atribuída as EDA (Estações de Desenvolvimento Agrário) que, tuteladas pela DNACA e mais tarde pelo IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário), ficaram dessa maneira com a responsabilidade do apoio técnico-material aos camponeses e suas associações. Num período em que o setor estatal deixou de ter significado (com exceção do setor do café), era tarefa da EDA promover a produção camponesa destinada aos circuitos mercantis³³ e também de chegar até os camponeses os serviços encarregados da distribuição de meios, incluindo sementes, fertilizantes, maquinarias, pesticidas, entre outros. Além disso, consistia também na mobilização e agrupamento das cerca de 700 000 famílias camponesas em associações pré-cooperativas fundamentalmente com o objetivo de receber assistência técnica³⁴.

A mais importante inovação das EDAs, conforme aponta Galli, foi a tentativa do governo em descentralizar os serviços em lugar de confiar exclusivamente nas entidades nacionais e provinciais que tinham ignorado os camponeses³⁵(1987:148). Nas áreas de intervenção das EDAs³⁶ assistiu-se a uma relativa melhoria do apoio técnico e material às associações que ganharam uma nova dinâmica e passaram a apresentar resultados produtivos significativos, como no caso das culturas de milho, algodão e tabaco.

No entanto, as EDAs basearam a sua intervenção num esforço de modernização da agricultura camponesa, para a qual não havia a necessária capacidade em termos de organização, gestão e recursos. Recorria-se muitas vezes à mecanização e promovendo os blocos culturas como forma de organização da produção, as EDAs não providenciaram outras medidas complementares de caráter técnico e organizativo que permitisse a modernização pretendida. Criou-se, dessa maneira, um ambiente de dependência mais pautado nas

associações em relação ao Estado, o que foi, agravado por uma degradação progressiva das outras estruturas do setor agrário. Com intuito de preencher um vazio político, o MPLA-PT decidiu pela criação da UNACA (União Nacional dos Camponeses Angolanos), com a ideia de permitir uma maior participação dos camponeses na vida econômica, social e política do país, o que veio a acontecer em fevereiro de 1990³⁷.

A criação da UNACA, apesar de ser uma emanção do MPLA -Partido do Trabalho, e não o resultado de um processo de organização a partir da base gerou determinadas expectativas. No ato de sua constituição, a UNACA definiu atitudes e traçou programas de ação que poderiam resultar numa maior aproximação aos problemas do campo e, conseqüentemente, a uma maior aproximação dos camponeses na resolução de assuntos do seu interesse. Todavia, na prática não se cumpriam essas intenções, tendo aumento a burocracia e o distanciamento em relação ao campo(Acord e Adra, 1991: 20-21).

Portanto, com a independência, Angola ficou liberta dos condicionalismos legais (lei do condicionamento industrial, regime de pagamentos externos, entre outros) impostos pela ex-metrópole ao seu desenvolvimento industrial. Porém, eram então considerados pelo novo poder instituído como a causa da situação caótica do caos econômico, situações objetivas como: a guerra de agressão imperialista e o eclodir da guerra civil, a pilhagem efetuada pelos exércitos invasores (África do Sul, por exemplo), a conseqüente política de confiscos e nacionalizações levado ao extremo, a ausência de estruturas administrativas, o êxodo dos portugueses que detinham o poder econômico, entre outros aspectos menos relevantes³⁸. Ferreira aponta outras causas que foram fundamentais para a baixa da produção e de produtividade em quase todos os setores foram sendo oficialmente atribuídos à: fraca capacidade organizativa das empresas³⁹; carência generalizada de quadros qualificados; decrescente disciplina laboral; deficiente

³² *Idem*, p.13-14

³³ *Idem*, p. 20.

³⁴ GALLI, *Op. cit.*, p. 147.

³⁵ *Idem*, p. 148.

³⁶ Inicialmente em Malanje, esse movimento alarga-se para outras províncias, principalmente Huila, enquanto em Huambo, a situação de segurança já era bastante precária, foi constituída apenas uma EDA (Acord e Adra, *Op. cit.* p.16).

³⁷ Era estruturada ao nível nacional, na província e nos municípios, tentou orientar e dirigir o movimento cooperativo dinamizando seu desenvolvimento e promovendo a realização de assembléias camponesas.

³⁸ AMARAL, *Op. cit.*, p. 52.

³⁹ O índice de industrialização passou de 100 em 1974 (base de partida) para 24,3 em 1989 e para 13,2 em 2000 (Rocha, 2004:65).

abastecimento de matérias-primas e outros meios necessários às empresas; falta de engajamento no domínio da direção da economia, particularmente no que respeita às empresas do Estado, e finalmente, especulação dos preços no mercado negro⁴⁰.

É claro que a agricultura sofreu de modo direto e intenso os efeitos da situação de guerra. Esses efeitos fizeram-se sentir em diversos níveis, impedindo o trabalho agrícola direto, que impossibilitava o funcionamento dos mecanismos de comercialização e distribuição, e dificultava o acesso de meios de produção, fertilizantes, entre outros, ao campo. Portanto, não é de estranhar, de acordo com Ferreira, o impacto desestabilizador da situação de guerra. Se por um lado criaram-se enormes dificuldades às grandes produções agrícolas para exportação (café, sisal, algodão, bananas, etc), por outro, a pequena produção comercializável não encontrou canais de escoamento (mercados rurais ou outras formas de comercialização/distribuição). A quebra dos níveis de produção e o autoconsumo são, desta maneira, duas conseqüências inevitáveis. A produção alimentar desceu em 26% em 1981, sendo preciso importar 200.000 toneladas de milho. Enquanto nas cidades se faziam sentir carências, no campo passou a haver fome⁴¹.

Assim, com o abandono dos campos agrícolas e a paralisação da quase totalidade da indústria transformadora e extrativa, subsistiram, apenas, o café, o petróleo e o diamante, que viriam a suportar a estratégia de uma “economia de resistência” centralmente dirigida, cujos reflexos, no desenvolvimento econômico e social do país, não se fizeram sentir, além do fato do esforço de guerra que a situação exigia⁴².

O café teve resultados catastróficos por parte do governo, que não conseguiu atingir os níveis de produção obtidos em 1973. O declínio do setor estatal a favor do setor privado na comercialização do café torna-se latente

no final da década de 1980⁴³. Em 1992, o Estado deixa de ter o monopólio das exportações do café.

O diamante também entrou em declínio após a independência. A Companhia de Diamantes de Angola, (DIAMANG) não conseguiu se reabilitar durante a Primeira República. Amaral aponta que os investimentos efetuados nesse setor obedeciam mais a critérios de natureza política e militar do que econômica, quer por razões do exercício da soberania em áreas de ações de guerra, quer por se tratar de um recurso estratégico que era necessário preservá-lo do acesso ao inimigo, pela sua importância como fonte de financiamento de ações armadas da UNITA contra o Governo⁴⁴.

Depois da independência, o Governo considerou prioritária a formulação de uma política nacional para o setor petrolífero. A gestão do setor petrolífero não obedeceu aos desígnios de uma estratégia para a construção do “socialismo científico”⁴⁵, pois, por força dos acordos existentes com as empresas multinacionais, assistiu-se à implementação de uma estratégia subordinada aos interesses do capitalismo, por isso mesmo, contrária à criação de uma sociedade de cunho socialista em Angola⁴⁶.

Essa situação, Conceição chamou de “paradoxo angolano”, pois sua economia dependeu, desde o tempo colonial, basicamente do Ocidente, tanto em termos de mercado, quanto de investimentos e tecnologia. O petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisa no período pós-independência) tinha, e continua a ter, nos Estados, o seu maior comprador e investidor, através das petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo também as européias⁴⁷. O curioso é que os centros de decisão das multinacionais petrolíferas estavam sediados em países capitalistas que apoiavam a guerra contra o governo que proclamara a independência do país. Estes financiavam “o desenvolvimento econômico e social do Angola” em troca de garantias

⁴⁰ FERREIRA. *Op. cit.*, p. 35-36.

⁴¹ GALLI. *Op. cit.*, p. 146.

⁴² AMARAL. *Op. cit.*, p. 56.

⁴³ Nos cinco anos que antecederam 2ª República, o setor estatal comercializou 56,9% contra 43,1% do setor privado. Já no ano de 1992, a comercialização do privado foi de 92,9% contra apenas 7,2% do setor estatal. Pode-se pensar que esses números se devem à estratégia do Governo, consubstanciada no Programa de Redimensionamento Empresarial do Setor Cefeicula, cujos efeitos práticos se traduziram na restituição do setor privado de cerca de 300 fazendas com uma área superior a 100.000ha. (Amaral, *Op. cit.*, p. 62).

⁴⁴ *Idem*, p. 64.

⁴⁵ O socialismo científico foi desenvolvido no século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels. Suas idéias rompem com o socialismo utópico por apresentar uma análise crítica da realidade política e econômica, da evolução da história, das sociedades e do capitalismo. Eles defendem uma ação mais prática e direta contra o capitalismo através da organização revolucionária da classe proletária.

⁴⁶ *Idem*, p. 67.

⁴⁷ CONCEIÇÃO. *Op. cit.*, p. 42.

dadas pelo potencial de produção petrolífera (reservas), inviabilizando, dessa maneira, o “socialismo científico”, e hipotecando para o futuro das gerações angolanas vindouras, ficando o país aprisionado aos interesses estratégicos e vitais do capitalismo⁴⁸.

O agravamento constante da situação política, econômica, social e, sobretudo militar produziu uma conjuntura favorável à intervenção na regulação social de outros atores, para além do partido-Estado e das suas projeções organizativas de massas.

O colapso do modelo socialista no final dos anos 1980 provocou várias mudanças na política e na estratégia do MPLA. A construção de uma economia de mercado passou a exigir uma classe empresarial dinâmica que pretendeu criar a partir das elites políticas e militares. Foi nesse contexto que se decidiu redimensionar as propriedades do Estado, com a privatização e o adequar a dimensão das empresas às capacidades técnicas e de gestão de novos proprietários. No entanto, para Fernando Pacheco, esse segundo componente foi esquecido. No caso das empresas agrícolas, a ausência de um cadastro atualizado foi determinante para que as propriedades fossem privatizadas de acordo com a situação e a dimensão anteriores, ainda que as terras fossem cedidas apenas em termos de direito de uso.⁴⁹

Considerações finais

O presente artigo apresentou de forma simplificada as características que direcionaram as ações do MPLA com relação ao seu projeto de desenvolver a agricultura após a independência.

A dificuldade com a saída de quadros técnicos portugueses foi sentida, e a tentativa da superação dos problemas do jovem país que surgia veio com programas de inspiração marxista. No entanto, Angola perdeu rapidamente sua posição no contexto de grande exportador de culturas como o café, para ficar dependente de exportação de produtos primários, como também de ajuda alimentar.

O artigo mostrou a turbulenta conjuntura política vivida por Angola naquele contexto para a melhor compreensão da dificuldade enfrentada na questão agrária, e a dificuldade do povo naquele momento. As

implicações do modelo socialista, numa sociedade marcada pela instabilidade política e administrativa, foram fundamentais para o fracasso da agricultura logo após a independência.

Referências

ACCORD – ADRA. *Programa de Apoio as Comunidades Agro-Pastoris dos Gambos*. Relatório do workshop sobre a terra e o poder. Lubango, agosto, 1996.

AMARAL, José G. Dias. Angola: a crise económica na Primeira República. *Lucere. Revista académica da Universidade Católica de Angola*. Ano 1, nº1, Luanda, 2004.

CARDOSO, António. A análise da situação do sector agrícola em Angola. *Conferência Nacional: o papel da agricultura no desenvolvimento sócio-económico de Angola*. Luanda, 2004

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1999.

DEVELOPMENT WORKSHOP (DW). *Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Luanda, 2005.

FERREIRA, Manuel Ennes. Angola: da política às relações económicas com Portugal. *Cadernos económicos Portugal*. Angola- Lisboa, 1993.

_____. *A indústria em tempo de guerra* (Angola, 1975-1991). Instituto de Defesa Nacional, Ed. Cosmos, Lisboa, 1999.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALLI, Rosemary E. A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 6-7, Lisboa, dez, 1987.

LIBERATTI, Marco Antonio. *A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. Dissertação de

⁴⁸ AMARAL. *Op. cit.*, p. 67-68.

⁴⁹ PACHECO. Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento a nível local na perspectiva de uma Angola nova. ADRA, Luanda, 2004b, mimeo. P. 2.

Mestrado. USP, São Paulo, 1999.

NEGRÃO, José. *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. UEM, Maputo, 2002.

OLIVEIRA, Hermes de A. *Povoamento e promoção social em África*. Lisboa, 1971.

PACHECO, Fernando. Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e da mo-

dernidade. *Lucere. Revista académica da Universidade Católica de Angola*. Ano 1, Vol.1, Luanda, 2004a.

_____. *Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento a nível local na perspectiva de uma Angola nova*. ADRA, Luanda, 2004b, mimeo.

ROCHA, Alves da. *Documento informativo sobre a actual situação económica em Angola*. Fundação Friedrich Ebert. Luanda, 2004.